

**PARECER N.º        /2022**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E DIREITOS HUMANOS.**

**SUBSTITUTIVO N.º 1 AO PROJETO DE LEI N.º 130/2022.**

**OBJETO: DENOMINA GILBERTO ALVES DA SILVA A RUA QUE MENCIONA.**

**AUTOR: VEREADOR TIÃO DO RODO.**

**RELATOR: VEREADOR PAULO CESAR RODRIGUES**

### **1. Relatório**

De iniciativa do digno Vereador Tião do Rodo, o Projeto de Lei nº 130/2022, que “Denomina Gilberto Alves da Silva a rua que menciona”.

Recebido em 24 de agosto de 2022, o Projeto de Lei nº 130/2022 foi distribuído à Douta Comissão de Constituição e Justiça por força do disposto no art. 102, I, ‘a’ e ‘g’ do Regimento Interno desta Casa Legislativa, para exame e parecer nos termos e prazos regimentais.

A Presidente da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos, Vereadora Nair Dayana, recebeu o Projeto de Lei em questão e se autodesignou como relatora da matéria, por força do r. despacho datado do dia 25 de agosto de 2022, cuja ciência se deu no mesmo dia. A Vereadora emitiu o Parecer favorável de n.º 356/2022, e foi aprovado pela Comissão no dia 08/09/2022 (fl16).

Protocolizado no dia 22 de setembro de 2022, sob o n.º 002782, o Substitutivo n.º 1 ao PL 130/2022, que foi apresentado pelo Autor Vereador Tião do Rodo no dia 26 de setembro de 2022, se fez necessário para a alteração do artigo. 1º do PL 130 (fl 17) com o objetivo de corrigir o fato de que a Rua 1 é paralela à Rodovia MG 188 e à Rua Miguel Teixeira de Souza.

## **2. Fundamentação**

### **2.1 Competência**

A análise desta Comissão Permanente é albergada no disposto regimental da alínea “a” e “g” do inciso I do artigo 102 da Resolução 195, de 25 de novembro de 1.992, conforme descrito a seguir:

*Art. 102. A competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo, especificamente:*

*I - à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos:*

*a) manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico e regimental de projetos, emendas, substitutivos e requerimentos sujeitos à apreciação da Câmara;*  
*(...)*

*g) admissibilidade de proposições;*

Cabe à Câmara Municipal de Unaí, com a sanção do Prefeito Municipal, a competência para proceder à alteração ou denominação de próprios públicos, sendo, portanto, tal desiderato de iniciativa comum do Senhor Prefeito, Vereadores, Comissões ou Mesa Diretora. Vale trazer a lume o inteiro teor da norma maior que é a Lei Orgânica do Município que assim dispõe em seu artigo 61 e 96.

*Art. 61. Compete a Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre todas as matérias de interesse do Município, especialmente:*

*(...)*

*XXIII - autorizar a alteração da denominação de próprios, vias e logradouros públicos, na forma desta Lei Orgânica;*

*Art. 96. É competência privativa do Prefeito:*

*(...)*

*XXIV – determinar a fixação de placas designativas das vias e logradouros públicos, mediante denominação aprovada por lei específica.*

Sobre a iniciativa de leis municipais que denominam bens públicos, o STF reconheceu competência concorrente de Prefeito e Câmara Municipal para dar nomes a ruas emitindo decisão de repercussão geral sob o Tema 1070 sobre competência para denominação de ruas, próprios, vias e logradouros públicos e suas alterações, no seguinte sentido:

*“Decisão: Preliminarmente, o Tribunal, por unanimidade, reconheceu a existência de matéria constitucional e de repercussão geral. Por maioria, o Tribunal deu provimento ao recurso extraordinário para declarar a constitucionalidade do art. 33, XII, da Lei Orgânica do Município de Sorocaba, concedendo-lhe interpretação conforme à Constituição Federal, no sentido da existência de uma coabitação normativa entre os Poderes Executivo (decreto) e o Legislativo (lei formal), para o exercício da competência destinada a denominação de próprios, vias e logradouros públicos e suas alterações, cada qual no âmbito de suas atribuições, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Roberto Barroso e Marco Aurélio. A seguinte tese foi fixada no voto do Relator: “É comum aos poderes Executivo (decreto) e Legislativo (lei formal) a competência destinada a denominação de próprios, vias e logradouros públicos e suas alterações, cada qual no âmbito de suas atribuições”. Não participou, justificadamente, deste julgamento, a Ministra Cármen Lúcia. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Ricardo Lewandowski. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 03.10.2019”. (grifo nosso).*

Assim, não há vício de iniciativa no Substitutivo n.º 1 ao PL n.º 130/2022.

## **2.2 Do Mérito da Matéria**

O Substitutivo 1 ao Projeto de Lei em questão busca denominar Gilberto Alves da Silva a rua que menciona, Rua 1(um), paralela à Rua Miguel Teixeira de Souza e a Rodovia MG-188, perpendicular à Avenida Principal e Rua Geralda Vaz Pereira, localizada no Bairro Residencial Curva do Rio, situado no Município de Unaí-MG. (fl.17)

De acordo com a documentação anexada ao projeto, o Senhor Gilberto Alves da Silva,

faleceu no dia 6 de novembro de 1985 (fl. 23), nasceu em Abaeté (MG) e casou-se com a Senhora Francisca Isabel Jesus, com quem teve 6 (seis) filhos.

O Senhor Gilberto Alves da Silva, mudou-se para Unaí em 31 de julho de 1972, era lavrador e pescador, quando chegou comprou um bar e logo depois entrou no ramo da mercearia de Secos e Molhados, que existe até hoje (ARMAZÉM DO GILBERTO).

Consta da justificativa que *“O projeto em apreço é de extrema relevância, pois visa homenagear o Senhor Gilberto Alves da Silva, foi um grande homem trabalhador, honesto, humilde, cuidou muito bem da família.”* (fl. 18)

O artigo 2º da Lei Municipal n.º 2.191, de 30 de março de 2004, dispõe que:

*Art. 2º Todas as vias e logradouros públicos do Município serão identificados de forma a possibilitar sua localização inequívoca na malha viária da cidade, exceto:*

*I – os logradouros não oficiais, assim entendidos os que não pertençam a plano de loteamento aprovado ou regularizado;*

*II – os logradouros do tipo passagem e viela.*

A Emenda à Lei Orgânica n.º 35, de 23/2/2016, revogou o parágrafo 1º do artigo 221 da Lei Orgânica, ou seja, não é mais necessária a comprovação do prazo de mais de um ano de falecimento do homenageado.

Diante do exposto, conclui-se que a proposição está devidamente instruída com os seguintes documentos:

*I – curriculum vitae do homenageado (fl. 22);*

*II – Certidão de óbito do homenageado (fl. 23);*

*III – a identificação completa da via ou do logradouro a ser denominado ou alterado, inclusive a planta ou croqui do local fornecidos pelo setor competente da Prefeitura que poderão ser juntados ao processo no curso da tramitação do respectivo projeto*

*(fl. 21);*

*IV – Certidão expedida pela Prefeitura, por meio de seu setor competente, que demonstre que a via ou logradouro público que se pretende denominar ou alterar não possui identificação (fl. 20); e*

*V – a justificativa circunstanciada que demonstre o atendimento das normas básicas editadas por esta Lei (fl. 18).*

### **2.3 Da Apresentação da Emenda n.º 1 :**

Procedeu-se à substituição do verbo “**denomina**” pela expressão “**altera denominação**” tanto na Ementa quanto no artigo 1º, uma vez que a Rua 01 tem essa designação por força do Decreto que aprovou o Loteamento Residencial Curva do Rio.

### **2.4 Aspectos Finais:**

Sugere-se o retorno do Projeto de Lei a esta Comissão para que seja dada forma à matéria, a fim de que seja aprovada segundo a técnica legislativa para correção de eventuais erros de linguagem, defeitos ou erros materiais.

Sem mais considerações, passa-se a concluir.

### **3. Conclusão**

Ante o exposto e salvo melhor juízo, sob os aspectos aqui analisados, dou pela **constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade** e, quanto ao mérito, dou pela oportunidade e conveniência do **Substitutivo n.º 1 ao Projeto de Lei n.º 130/2022**.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 3 de outubro de 2022; 78º da Instalação do Município.

Unaí (MG), 3 de outubro de 2022; 78º da Instalação do Município.

VEREADOR PAULO CESAR RODRIGUES  
Relator Designado

EMENDA N.º 1 AO SUBSTITUTIVO N.º 1 AO PROJETO DE LEI N.º 130/2022

Substitua-se a ação de “**denominar**” pela expressão “**altera denominação**” na Ementa e no artigo 1º do Substitutivo n.º 1 ao Projeto de Lei n.º 130/2022.

Unaí (MG), 3 de outubro de 2022; 78º da Instalação do Município.

VEREADOR PAULO CESAR RODRIGUES  
Relator Designado